

Domingo, 02 de Agosto de 2026

Missionária presa operava para facção criminosa e recebia favores de líder foragido

Mulher mantinha relacionamento com chefe do Comando Vermelho e utilizava projetos religiosos para atuar em presídios

A missionária Rhavenna Barcelos de Almeida foi detida durante a Operação Fariseus, deflagrada em Cuiabá, acusada de integrar estrutura de apoio ao Comando Vermelho em Mato Grosso. Conforme investigações da polícia, ela mantinha relacionamento amoroso com Jonas Souza Gonçalves Júnior, conhecido como "Batman", apontado como um dos principais operadores da organização criminosa na região.

O delegado Victor Hugo Caetano de Freitas, responsável pela Delegacia Especializada de Repressão ao Crime Organizado, revelou que a missionária recebeu benefícios materiais em troca de auxílio prestado à facção. Entre os favores documentados pela polícia encontra-se uma cirurgia plástica financiada por líder criminoso, além de proteção e outras vantagens patrimoniais não justificadas por atividades laborais legítimas.

Os pais da presa, pastores Nivaldo de Almeida e Ormindá Barcelos Almeida, que comandam instituição evangélica na capital mato-grossense, também se tornaram alvo de investigação por possível envolvimento no esquema. A polícia apura se utilizavam a estrutura religiosa como fachada para operações ilícitas.

Segundo relatos obtidos pela investigação, em uma ocasião a missionária identificou suspeito responsável por furto em sua residência. Em vez de recorrer às autoridades competentes, acionou integrantes da organização criminosa para aplicar um "salve", prática comum entre membros de facções para resolver conflitos mediante violência.

Atuação em unidades prisionais

A polícia identificou que os suspeitos utilizavam projetos de natureza religiosa e missionária como instrumento para acessar presídios estaduais, onde realizavam atividades diversas a serviço da facção. Dentro das unidades, levavam quantias em dinheiro, transmitiam recados de líderes encarcerados e repassavam determinações da organização aos detentos.

As investigações indicam que o grupo funcionava como intermediário na comunicação entre criminosos mato-grossenses e integrantes baseados no Rio de Janeiro. Além disso, participava de operações de ocultação de recursos ilícitos por meio de movimentações financeiras complexas, prática conhecida como lavagem de dinheiro.

Durante o cumprimento de mandados de busca e apreensão, agentes apreenderam veículos, numerário em espécie e vestuários com simbologias ligadas à organização criminosa, evidências que reforçam as acusações.

Investigação patrimonial

A polícia apura incompatibilidade entre o padrão de vida mantido por Rhavenna e a ausência de fontes lícitas de renda que justifiquem seu patrimônio. Segundo análises da Polícia Civil, a missionária acumula bens e realiza movimentações financeiras sem exercer atividade profissional documentada que explique tal acúmulo.

Conforme o delegado Freitas, a investigada possui empresas que funcionam como estruturas de fachada e realiza circulação de valores em dinheiro sem comprovação de origem legal. O patrimônio, incluindo veículos e imóveis, permanece como objeto central das investigações, com suspeita de ter sido custeado por membros da facção criminosa.

Desdobramentos processuais

Além da prisão preventiva de Rhavenna Barcelos de Almeida, a operação determinou cumprimento de mandados de busca e apreensão contra investigados, com solicitação de bloqueio de sigilo telefônico, telemático e bancário. Medida adicional proíbe temporariamente o ingresso dos suspeitos em unidades prisionais mediante programas de índole religiosa.

As ordens judiciais foram expedidas pelo Núcleo de Justiça 4.0 do Juízo das Garantias, polo de Cuiabá, amparadas em investigações conduzidas pela Gerência de Combate ao Crime Organizado e pela Delegacia Especializada de Repressão ao Crime Organizado.

Os investigados poderão responder criminalmente por organização criminosa, corrupção de menor, prática de tortura e lavagem de dinheiro, crimes que somam penas elevadas conforme código penal brasileiro.